MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

BOLETIM INFORMATIVO
CAO-EDUCAÇÃO

ABRIL/2021
ED. 04

APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), incluindo atuações ministeriais para a retomada das atividades escolares presenciais.

SUMÁRIO

1. NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
2. NOTÍCIAS DE OUTROS MP´S
3. NOTICIAS SOBRE AÇOES DOS MP´S PARA RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS
4. NOTICIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
5. NOTÍCIAS DIVERSAS
6. NOVIDADES LEGISLATIVAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Educação

Mayra Cristina Arruda Ambrósio – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial

Notícias do MPMT

Rondonópolis retomará entrega de kits alimentação e pedagógico

A Secretaria Municipal de Educação de informou, que em atendimento à recomendação do Ministério Público de Mato Grosso, retomará a distribuição de kits alimentação e kits escolares pedagógicos a todos os alunos da rede municipal de ensino durante o período de quarentena coletiva.

Conforme a promotora de Justiça Patrícia Eleutério Campos Dower, a distribuição deve ser feita adotando-se medidas mitigadoras e preventivas à disseminação do Novo Coronavírus, como definição de cronograma de distribuição, agendamento rígido de horários, fixação do sistema de retirada em balcão utilizando-se dos espaços abertos, distribuição do maior número possível de mesas para tal finalidade e com distanciamento entre as pessoas.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Município deve ampliar oferta de vagas em creche e pré-escola

A O Ministério Público do Estado de Mato Grosso recomendou ao Município de Sorriso e à Secretaria Municipal de Educação que elaborem, no prazo de 120 dias, plano de ação para ampliar a oferta de vagas em creche e pré-escola.

Segundo os promotores de Justiça Maisa Fidelis Gonçalves Pyrâmides e Marcio Florestan Berestinas, o plano de ação deverá ainda assegurar o aumento considerável do percentual de crianças de zero a cinco anos na educação infantil, bem como a destinação de recursos orçamentários para majoração da oferta de vagas e a definição de obras e investimentos em etapas anuais para universalização do acesso

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

MP requer que Município entregue kits alimentação para todos os alunos

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

A 8ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá ajuizou ação civil pública em desfavor do Município, nesta sexta-feira (09), requerendo em caráter liminar que o poder público seja obrigado a disponibilizar kits de alimentação ou vale-refeição aos pais/familiares de todos os alunos da rede municipal de ensino. O acesso à alimentação escolar de qualidade, de modo estável e permanente, deverá ser garantido enquanto perdurar a suspensão das atividades nas escolas. Conforme a Promotoria de Tutela Coletiva da Educação, a distribuição deverá respeitar as normas sanitárias e de segurança publicadas pelo Ministério da Saúde, tudo na perspectivada garantia do direito fundamental à alimentação.

Notícias de outros MP´s Estaduais

MPPA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Em reunião, MPPA discute oferta de alimentação escolar no Estado

Para as secretarias de estado, o desafio agora é a logística para distribuição e a inclusão de novos estudantes da rede estadual

Promotorias de Justiça da Infância e Educação expedem recomendação para acompanhar matrículas de crianças em situação de vulnerabilidade em creches

O Ministério Público do Amazonas expediu recomendação ao Secretário Municipal de Educação de Manaus para impedimento da realização do sorteio referente as vagas de matrícula em creche, até que se tenha um cruzamento das informações dos inscritos para vagas com inscrição em programas sociais, identificando casos de vulnerabilidade.

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

MPAM EM AÇÃO: MP acompanha o sorteio para as vagas nas creches públicas

o Ministério Público do Amazonas se reuniu com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para o acompanhamento do Sorteio de Vagas para creches municipais que atendem crianças em situação de vulnerabilidade social.

MPRN e Defensoria Pública pedem continuidade da entrega de kits alimentares para alunos da rede estadual de ensino

Entrega dos kits alimentares deve ser retomada no prazo máximo de 20 dias a contar da publicação da recomendação

MPRN recomenda à Governadora do RN que inclua a educação entre as atividades essenciais no próximo decreto

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou à governadora do Estado que adote medidas legais para incluir a educação no rol das atividades/serviços essenciais nos decretos a serem expedidos acerca das medidas para o enfrentamento da Covid-19 no RN. A medida deve valer para todas as etapas da educação básica, das redes de ensino pública e privada.

MPCE se reúne com Seduc para acompanhar medidas adotadas e resultados obtidos nas aulas da rede estadual de ensino

Através do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (Caopije) e das Promotorias de Justiça de Ocara e de Caucaia, representantes do órgão ministerial ouviram explicações acerca das medidas adotadas pela Secretaria e dos resultados obtidos nas atividades não presenciais ao longo do último ano.

MPCE reúne-se com Secretaria de Educação de Caucaia para discutir ações de acesso ao ensino à distância e encaminhamento do plano de retorno às aulas presenciais

O Ministério Público do Estado do Ceará se reuniu com representantes da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia a do acesso à educação durante a suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia causada pela Covid-19.

MPPE recomenda cumprir a regra do piso salarial para todos os profissionais da educação

A Promotoria de Justiça de Orocó tomou conhecimento de que a gestão municipal procedeu apenas ao reajuste do vencimento básico dos profissionais em início de carreira, omitindo-se em fazê-lo em relação aos demais níveis da tabela de vencimentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Rede de Controle pede regulamentação e fiscalização do pagamento de professores com recursos do Fundef

Com o objetivo de garantir a correta destinação dos recursos que venham a ser recebidos pelos municípios a título de recuperação de créditos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público de Contas do Maranhão formalizaram uma Representação com pedido de medida cautelar junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Rede de Controle discute subvinculação de recursos do Fundef

Em reunião virtual, integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão discutiram a derrubada de um veto que impedia a subvinculação de 60% dos recursos dos precatórios do antigo Fundef para o magistério.

MPMA realiza mais uma edição dos Círculos de Diálogo nas escolas

A ação marcou a retomada das atividades comunitárias realizadas pelo gabinete, com foco em quatro eixos de atuação: mediação, educação em direitos humanos, animação de redes e justiça restaurativa na educação. A metodologia dos círculos é recomendada para a prevenção e gestão de conflitos nos ambientes escolares.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MPBA pede que Justiça suste decreto municipal e suspenda novamente aulas em Mata de São João

O Ministério Público estadual pediu que a Justiça determine, em caráter de urgência, a sustação do decreto municipal 529 de 2021 de Mata de São João, suspendendo os seus efeitos, com a consequente manutenção do fechamento das instituições de ensino do Município, ficando responsável pela fiscalização do cumprimento da determinação. Pede ainda que o Município se abstenha de adotar medidas de flexibilização das regras de distanciamento social e das restrições à abertura das escolas, sem amparo em estudo técnico-científico e em dissonância as diretrizes estaduais.

MPRJ obtém decisão que determina ao Município do Rio a criação de conta específica para gerir recursos da educação

Na ACP, ressalta o GAEDUC/MPRJ que o município não vem cumprindo normas constitucionais para o financiamento das ações estatais de manutenção e desenvolvimento do ensino. Também cita inquérito civil instaurado no qual foi verificado que a administração municipal não concede a gestão exclusiva dos recursos ao secretário municipal da Educação.

MPSC requer explicações sobre antecipação de recesso escolar de Itajaí

Ofício foi enviado nesta terça-feira (30/3) com prazo de 24 horas para resposta sobre as condições da antecipação e os possíveis prejuízos para as atividades pedagógicas.

Urubici acata recomendação do MPSC e não renovará decreto que inverteu ordem de prioridade e desconsiderou a lei estadual que estabelece a educação como atividade essencial

O Município de Urubici acatou a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e não renovará o decreto que suspende as aulas presenciais no município. A recomendação foi expedida após um decreto ter sido publicado suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada no município.

Gaepe-GO prepara novo questionário sobre as dificuldades de conectividade

O objetivo é atingir todos os 246 municípios de Goiás, possibilitando identificar as dificuldades de conectividade enfrentadas por alunos e professores nas redes públicas estadual e municipais

MP requer na Justiça aplicação do piso salarial nacional do magistério em Alagoa Grande

O Ministério Público da Paraíba ajuizou ação civil pública com pedido de tutela antecipada para que seja aplicado o piso salarial nacional previsto na Lei nº 11.738/08 para todos os profissionais do quadro permanente do Magistério Público Municipal da Educação Básica

Notícias dos MP´s sobre a Retomada das Atividades Presenciais Escolares

Posição do MPPR sobre a retomada das aulas presenciais no Paraná

O Ministério Público do Paraná emitiu, no dia 29 de março, nota com o posicionamento da instituição em relação à retomada das aulas presenciais no estado, com base no conteúdo de nota técnica elaborada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança, do Adolescente e da Educação. Segundo o documento, "a decisão pela retomada e/ou suspensão das atividades educacionais presenciais no Estado cabe ao Poder Executivo", ressalvadas, porém, algumas condições.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Reunião de trabalho discute as atividades pedagógicas remotas e as estratégias de atuação do MPMS na educação

Volta às aulas nas redes públicas municipal e estadual é tema de reunião de trabalho, on-line, seguindo o protocolo de biossegurança do Ministério Público Estadual. Durante a reunião, foram também debatidos assuntos sobre as atividades pedagógicas remotas e as estratégias de atuação para a continuidade do fornecimento da alimentação escolar durante o período de suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

MPSC ingressa com ações contra Municípios da Grande Florianópolis que inverteram a ordem de prioridades das medidas contra covid-19 ao restringir educação presencial

Ações buscam garantir que não haja, como medida de combate à pandemia, restrição das aulas presenciais, uma atividade essencial assim definida por lei, sem que sejam suspensas, ainda que conjuntamente, atividades consideradas como não essenciais. O MPSC requer nas ações a suspensão liminar de decretos de Tijucas, Palhoça, Alfredo Wagner, São José, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e Florianópolis. Em Canelinha, o Prefeito revogou o decreto.

MPRN ajuíza ação civil pública para obrigar Governo do Estado a permitir retorno de aulas presenciais

Ação é assinada pelo procurador geral de Justiça e por mais nove promotores de Justiça. Objetivo é fazer com que Estado e Municípios garantam retorno de aulas presenciais de forma híbrida, gradual, segura e facultativa a todos

Clique aqui e confira a íntegra da ACP.

Recomendação do procurador-geral de Justiça alerta sobre providências específicas para retorno seguro às aulas presenciais

Atenta ao período de retorno às aulas presenciais, que se iniciou dia 05/04/2021, a Procuradoria- Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco expediu a Recomendação nº 11/2021 para orientar a promotores e promotoras de Justiça de todo o Estado a adotarem as providências específicas para que sejam cumpridas as normas sanitárias nas unidades de ensino, públicas e privadas, para garantir a segurança de estudantes e professores diante da pandemia de Covid-19.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Acesse a recomendação original aqui

MPSC recomenda que Município de Itajaí restabeleça as atividades escolares ou pelo menos reduza o recesso antecipado

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude adverte Executivo municipal para os prejuízos que a suspensão das atividades escolares, sem fundamentos técnicos e científicos, neste momento, pode trazer às crianças e adolescentes. Além disso, a antecipação do recesso escolar descumpre as orientações do Ministério Público nas recomendações anteriores.

Nota Pública – Retorno gradual e seguro das redes públicas e privadas de educação

O Ministério Público do Estado do Ceará, o Ministério Público Federal no Estado do Ceará, o Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará e a Defensoria Pública do Estado do Ceará emitiram nota, (31/03), manifestando-se sobre a necessidade de um retorno gradual e seguro das redes pública e privada de educação, quando os indicadores sanitários indicarem que isso é possível, e sobre a importância do direito à vida, à saúde e à educação.

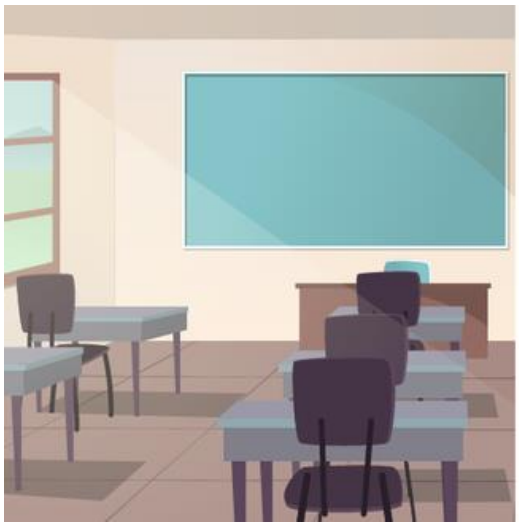
Acesse o documento da Nota Pública na íntegra!

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

MPRN recomenda à Governadora do RN que inclua a educação entre as atividades essenciais no próximo decreto

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou à governadora do Estado que adote medidas legais para incluir a educação no rol das atividades/serviços essenciais nos decretos a serem expedidos acerca das medidas para o enfrentamento da Covid-19 no RN. A medida deve valer para todas as etapas da educação básica, das redes de ensino pública e privada. O documento é assinado pelo procurador-geral de Justiça (PGJ) e por mais oito promotores de Justiça integrantes do MPRN.

Clique para ler na íntegra a recomendação



gestores deverão implementar protocolo de retorno seguro às aulas presenciais

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio de Promotoria de Justiça local, recomendou ao prefeito e aos secretários de Saúde e Educação de Chã Grande que implementem ações para garantir o retorno seguro das aulas presenciais, através da adoção e fiscalização de todos os protocolos de biossegurança contra o novo coronavírus.

Cartilha do Caop Educação traz medidas de segurança para a comunidade escolar adotar no retorno às aulas presenciais

Devido ao retorno das aulas e atividades presenciais em Pernambuco, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias em Defesa da Educação (Caop Educação) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) planejou a cartilha *Retorno Seguro às Aulas Presenciais. Todos juntos na prevenção à Covid-19,* para que estudantes, professores, funcionários, pais e mães de estudantes possam conhecer e adotar as medidas necessárias para a prevenção ao contágio da Covid-19. As orientações seguem o Plano de Convivência Setorial da Educação elaborado pelo Governo do Estado de Pernambuco e as recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

A publicação, que é exclusivamente virtual, e pode ser encontrada clicando aqui.

Notícias do Ministério Púbico Federal

- MPF e MPPA promovem diálogo sobre a educação no Pará e o Sistema Educacional Interativo (SEI)
- MPF firma acordo para garantir uso de R$37,6 mi do Fundef exclusivamente na Educação em Bom Jesus da Lapa (BA)
- MPF se posiciona contra projetos de lei que podem prejudicar alimentação escolar de povos indígenas e tradicionais
- Transporte escolar: MPF denuncia 40 pessoas por prejuízo de R$8,8mi em contratos de sete prefeituras no centro-sul da Bahia
- Deflagrada operação para combater desvios de recursos públicos na educação em Barreiras (BA)
- MPF recomenda adiamento da contratação de professores temporários e início das aulas em terras indígenas

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República

Notícias dos Tribunais Superiores

Governador do RS questiona decisões que proibiram aulas presenciais no estado

O governador do Rio Grande do Sul, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 820), com pedido liminar, para questionar decisões da Justiça gaúcha que proibiram a realização de aulas presenciais em escolas públicas e privadas, enquanto durar a decretação de bandeira preta do Sistema de Distanciamento Controlado-RS.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Página de Repetitivos e IACs por Assunto inclui julgamentos sobre matrícula de menor e direitos autorais

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atualizou a base de dados de Repetitivos e IACs Organizados por Assunto.

Os recursos sobre direito da criança e do adolescente estabelecem a competência da vara da infância e da juventude para processar e julgar causas envolvendo matrícula de menores em creches ou escolas.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Outras Notícias

MEC lança Cartilha de Orientações Volta às Aulas de Estudantes Surdos, na Educação Básica

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Documento apresenta cuidados importantes no retorno das atividades escolares e atendimento educacional especializado presenciais

Comissão Interamericana de Direitos Humanos recomenda ao Brasil "o aumento dos investimentos públicos em educação"

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Na seção que trata das políticas educacionais, desigualdades e grupos em situação de risco, as informações citadas usam como fonte o Relatório Luz do GT 2030, em que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é ponto focal de educação.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

ONU exige esclarecimento sobre implementação do Plano Nacional de Educação

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU pediu esclarecimentos ao governo brasileiro sobre questões apresentadas no terceiro relatório periódico do Brasil. No que diz respeito à Educação, o Comitê pede explicação sobre a não implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) em decorrência das políticas de austeridade implementadas pelo governo brasileiro através da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/2016) em vigor desde o governo de Michel Temer. O documento também cita os impactos negativos da Emenda na manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

TJ suspende liminar e permite volta às aulas presenciais no Rio de Janeiro

Cabe ao Executivo, e não ao Judiciário, adotar medidas de prevenção à circulação do coronavírus. Com esse entendimento, o presidente do Tribunal de Justiça fluminense, Henrique Figueira, suspendeu, nesta terça-feira (6/4), liminar e voltou a permitir aulas presenciais em escolas da cidade do Rio de Janeiro.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

CTE-IRB recomenda ações voltadas a aprimorar a fiscalização dos recursos do Fundeb

O Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) emitiu a Nota Técnica (NT) nº 02/2021 que orienta os órgãos de controle em relação a ações necessárias para a fiscalização da aplicação dos recursos vinculados à educação, sobretudo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Acesse a Nota completa aqui.

Entidades representativas dos TCs divulgam nota recomendando adoção de medidas na área da educação

Entidades representativas dos Tribunais de Contas brasileiros emitiram, uma nota recomendatória (NR) aos órgãos de controle orientando sobre o acompanhamento e a fiscalização das ações adotadas pelos gestores públicos para garantir de forma plena o direito à educação, inclusive durante o período de pandemia.

As medidas vão ao encontro do que determinam o Plano Nacional de Educação e o Marco Legal da Primeira Infância. A NR destaca que o Brasil tinha, em 2019, aproximadamente 1,5 milhão de crianças de zero a 3 anos e 500 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos sem acesso ao sistema de ensino, de acordo com dados do Ministério da Educação. Nesse sentido, um trecho da manifestação reforça "A exigência de se investir os recursos da educação nas etapas de ensino sob responsabilidade precípua da esfera municipal, quais sejam, aquelas da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a tornar possível a ampliação da oferta de vagas às crianças e adolescentes ainda excluídos do ambiente escolar".

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

Acesse a íntegra da NR aqui: Nota Recomendatória

MONITORAMENTO DE REABERTURA DAS ESCOLAS PARTICULARES NO BRASIL

Atualização! Mapa de Retorno das Atividades Educacionais presenciais no Brasil

Legenda:

Escola fechada. Modelo remoto

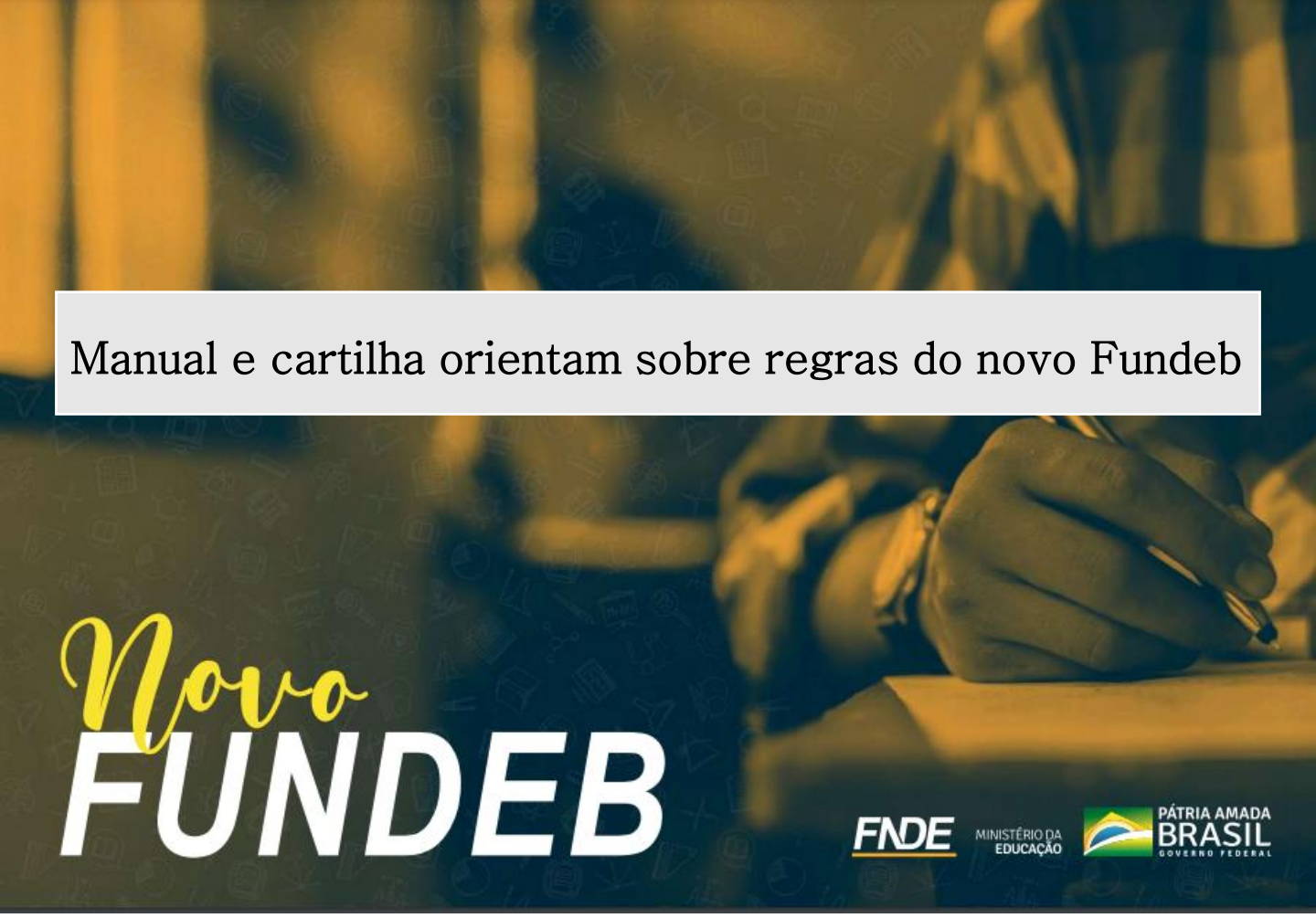
Escola aberta. Modelo híbrido (mescla aulas on-line e presenciais)

O panorama do retorno das atividades educacionais no Brasil é um documento elaborado pela Federação Nacional de Escolas Particulares - FENEP, com o objetivo de identificar, por estado, como as capitais estão sinalizando o retorno das aulas presenciais, cumprindo os dados elaborado pelo Estado a fim de garantir às famílias e à escola uma volta lenta, gradual e segura.

[NOTA TÉCNICA] Brasil: não é hora de retomar as aulas presenciais nas escolas e é preciso garantir as condições adequadas para a oferta do ensino remoto emergencial

Campanha, Observatório COVID-19 BR e Rede de Análise da Covid-19 consideram que a situação epidemiológica do país não permite a retomada das atividades presenciais nas escolas

Manual e cartilha orientam sobre regras do novo Fundeb



O novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) traz mais recursos da União para estados e municípios, destina valores exclusivos para a educação infantil e apresenta uma nova sistemática de distribuição de recursos, além de reforçar o controle social. Por conta da série de mudanças, o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) produziram uma cartilha e um manual para orientar gestores e técnicos educacionais, conselheiros de controle social e demais profissionais envolvidos com a gestão e a execução dos recursos do fundo, principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil.

O manual apresenta, detalhadamente, toda a operacionalização do Fundeb, desde a composição do fundo até a prestação de contas. Também mostra a nova sistemática de distribuição dos recursos, que vai beneficiar municípios de estados que não recebiam anteriormente a complementação da União, e destrincha como devem ser aplicados os valores.

De forma mais compacta, a cartilha também traz as principais informações sobre o funcionamento do novo Fundeb e as mudanças implementadas na legislação.

O Manual de Orientação e a Cartilha do Novo Fundeb e a publicação com perguntas e respostas frequentes sobre o assunto podem ser baixadas nos links a seguir:

Manual do Novo Fundeb
Caderno de Perguntas e Respostas sobre o Novo Fundeb
Cartilha Novo Fundeb

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

DECRETO Nº 10.656, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Novidades Legislativas